



A TECNOLOGIA NO APOIO AO ENSINO DA HISTÓRIA E DA CULTURA AFRO-BRASILEIRA: UMA APLICAÇÃO PARA O ENSINO SOBRE OS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS¹

Technology Supporting the Teaching of Afro-Brazilian History and Culture: An Application for Teaching About Quilombola Territories

Márcia Häfele Islabão Franco²

Daniel Fernando da Silva Oliveira³

Resumo: Uma das principais conquistas do movimento negro brasileiro foi a implementação, em 2003, da obrigatoriedade do ensino da cultura afro-brasileira e africana na educação básica. No entanto, apesar dos avanços, ainda persistem barreiras significativas, como a escassez de materiais atualizados e digitais, além da percepção, por parte de muitos professores, de que possuem conhecimentos superficiais sobre a temática. Este artigo tem como objetivo analisar o potencial das tecnologias digitais no apoio ao ensino da história e da cultura afro-brasileiras, por meio do desenvolvimento e da avaliação da aplicação Mapeando Quilombos, voltada ao ensino sobre os territórios quilombolas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de natureza exploratória, que utilizou como procedimentos metodológicos a pesquisa bibliográfica, entrevistas semiestruturadas e aplicação de questionários com professores da educação básica. Os resultados indicam que a ferramenta contribui para o ensino da temática, promovendo reflexões, facilitando a troca de saberes e preenchendo lacunas na abordagem do conteúdo em sala de aula. Além disso, a experiência aponta caminhos para novas pesquisas e práticas pedagógicas com o uso de tecnologias digitais.

Palavras-chave: História e cultura afro-brasileiras. Territórios quilombolas. Ensino e aprendizagem. Tecnologias educacionais.

Abstract: One of the main achievements of the Brazilian Black movement was the implementation, in 2003, of the mandatory teaching of Afro-Brazilian and African culture in basic education. However, despite the progress made, significant barriers persist, such as the

¹ Artigo derivado do Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) (Oliveira, 2023).

² Professora do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) - Campus Porto Alegre. Doutora em Computação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Mestre em Ciência da Computação pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE) e Bacharel em Ciência da Computação pela Universidade Católica de Pelotas (UCPel). Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-3769-6104>. E-mail: marcia.franco@poa.ifrs.edu.br.

³ Mestrando no Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Especialização em Orientação Educacional pela Universidade La Salle. Tecnólogo em Sistemas para Internet pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS). Licenciado em História pelo Centro Universitário Leonardo da Vinci. Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-0538-4042>. E-mail: danieldfs18@hotmail.com.

lack of up-to-date and digital materials, as well as the perception among many teachers that they have only superficial knowledge of the subject. This article aims to analyze the potential of digital technologies in supporting the teaching of Afro-Brazilian history and culture through the development and evaluation of the application Mapeando Quilombos, focused on teaching about quilombola territories. This is a qualitative, exploratory study that employed bibliographic research, semi-structured interviews, and questionnaires applied to basic education teachers. The results indicate that the tool contributes to teaching the theme by promoting reflection, facilitating knowledge exchange, and addressing gaps in classroom content. Furthermore, the experience highlights paths for future research and pedagogical practices involving digital technologies.

Keywords: Afro-Brazilian history and culture. Quilombola territories. Teaching and learning. Educational technologies.

1 Introdução

A relação histórica entre o Brasil e o continente africano é complexa e vai além das marcas deixadas pela escravidão. A influência africana permeou e enriqueceu diversos aspectos da cultura brasileira, e sua influência se faz perceber em áreas como música, culinária, vocabulário, arte e religião. No entanto, essa proximidade entre Brasil e África é frequentemente subestimada (Chagas, 2017).

Segundo Nascimento (2019), a história do Brasil é marcada por um passado de exploração, no qual a mão de obra escravizada africana foi utilizada por mais de três séculos na construção do país. Essa força de trabalho abrangia desde atividades manuais até ocupações especializadas, incluindo a fabricação de sapatos, a construção civil, o trabalho em açougues e cultivo de cana-de-açúcar e café. Essa exploração teve como objetivo impor e enraizar uma cultura de matriz europeia. Infelizmente, como consequência desses eventos históricos, as pessoas negras são confrontadas com racismo e preconceito, o que resulta em desumanização e falta de acesso à sua própria história e cultura ancestral africana (Nascimento, 2019).

O movimento negro brasileiro tem desempenhado um papel incansável na luta pelos direitos da população negra. No início dos anos 2000, diversas reivindicações foram levantadas, destacando-se a participação do movimento negro na III Conferência Mundial contra o Racismo, a Discriminação Racial, a Xenofobia e Formas Correlatas de Intolerância, promovida pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 2001. Nessa conferência, o Estado brasileiro reconheceu a existência do racismo institucional no país e assumiu o compromisso de adotar estratégias para combatê-lo (Gomes, 2017).

Como resultado desse cenário, em 2003, duas importantes políticas educacionais voltadas à equidade racial começaram a ganhar destaque. A Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) foi pioneira na adoção do sistema de cotas raciais, e assim ampliou o acesso da população negra ao ensino superior e proporcionou maior contato com materiais acadêmicos sobre sua história. Posteriormente, outras instituições passaram a adotar ações afirmativas semelhantes, o que culminou na criação da Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012), que regulamentou a política de cotas nas instituições federais de ensino superior.

Ainda em 2003, foi promulgada a Lei nº 10.639/03 (Brasil, 2003), que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas públicas e privadas, tanto no ensino fundamental quanto no ensino médio. Em 2008, essa legislação foi ampliada pela Lei nº 11.645/08 (Brasil, 2008), que incluiu também a obrigatoriedade do ensino da cultura indígena.

Mais recentemente, em 2023, a Lei nº 14.723/2023 (Brasil, 2023) alterou a Lei nº 12.711/2012 (Brasil, 2012) que passou a incluir expressamente as pessoas quilombolas entre os beneficiários das cotas. Essa atualização reforça o compromisso com a inclusão social e a reparação histórica dessas comunidades tradicionalmente marginalizadas.

Apesar dos avanços legais, a implementação da história e da cultura afro-brasileira e africana no currículo da educação básica ainda enfrenta desafios significativos. Desde a aprovação da Lei nº 10.639/2003 (Brasil, 2003), os professores relatam dificuldades em abordar a história da África e dos povos afrodescendentes sob uma perspectiva que vá além da visão eurocêntrica, frequentemente presente no currículo escolar e nos livros didáticos (Chagas, 2017). Quase 23 anos após a promulgação da lei, os obstáculos à sua efetiva aplicação permanecem. Um dos principais entraves é a escassez de investimentos em formação continuada, o que compromete o aprimoramento dos educadores, a produção de tecnologias educacionais e o desenvolvimento de práticas pedagógicas mais inclusivas. Fontenele e Cavalcante (2020) ressaltam que a formação profissional é um componente essencial da carreira docente, pois os conhecimentos científicos e técnicos devem ser constantemente atualizados, questionados e aperfeiçoados, em benefício tanto dos professores quanto dos alunos.

Ainda segundo Fontenele e Cavalcante (2020), uma pesquisa realizada em uma escola no Rio Grande do Norte revelou que, mesmo após a promulgação da lei, os livros didáticos ainda não abordavam adequadamente a temática, o que dificultou o trabalho dos professores em sala de aula. Além disso, os professores apresentam opiniões divergentes sobre a efetividade da Lei nº 11.645/2008 (Brasil, 2008). Uns reconhecem seu papel na inclusão de conteúdos e na promoção de debates sobre respeito e valorização das contribuições africanas e indígenas. Outros, no entanto, mostram-se céticos quanto ao impacto real da legislação, argumentando que a imposição da lei não é suficiente para eliminar o racismo estrutural presente na sociedade. Nesse sentido, Chagas (2017) resalta que:

Embora o docente esteja na ponta final do processo educacional, a obrigatoriedade de que trata essa Lei não pode ser responsabilidade única desse sujeito. É também dever do Estado e Municípios, através das secretarias de Educação, assim como das universidades, garantir as condições necessárias a que os docentes cumpram sua parte nesse processo. Estas instituições devem criar as condições legais, a exemplo da produção de materiais didáticos e paradidáticos, possibilitar formação e acompanhar os docentes a que cumpram o que demanda a referida Lei (Chagas, 2017, p. 96).

Dessa forma, torna-se evidente a necessidade de reflexão e ações concretas para aprimorar a abordagem da história e da cultura afro-brasileira e africana na educação básica. Estudos indicam que muitos professores possuem conhecimentos superficiais sobre o tema e que há uma escassez de materiais didáticos que incorporem o uso de tecnologia para tornar o ensino mais dinâmico e acessível.

Nesse contexto, vale destacar que a quinta competência geral na Base Nacional Comum Curricular (BNCC) (Brasil, 2018) enfatiza a importância de os estudantes utilizarem a tecnologia de forma ética e crítica, tanto para acessar informações quanto para produzi-las. Com base nesse princípio, este artigo apresenta o desenvolvimento e a avaliação de uma aplicação digital voltada ao ensino da história e da cultura afro-brasileira, cujo objetivo é fornecer ensinamentos sobre os territórios quilombolas, por meio de um mapa interativo. A pesquisa busca explorar o potencial das tecnologias digitais como ferramentas pedagógicas, auxiliando os professores no compartilhamento de saberes sobre a cultura e a história africana, ao mesmo

tempo em que proporciona aos alunos acesso a um conteúdo frequentemente negligenciado no ambiente escolar.

Diante do exposto, este artigo está organizado da seguinte forma: a Seção 2 estabelece um paralelo entre a Cultura Afro-Brasileira e Africana e a BNCC; a Seção 3 apresenta os trabalhos relacionados ao tema proposto; o percurso metodológico adotado neste estudo é descrito na Seção 4; a Seção 5 detalha a aplicação Mapeando Quilombos, abordando seus objetivos, requisitos, características e as tecnologias empregadas em seu desenvolvimento; a Seção 6 apresenta os resultados obtidos na avaliação da ferramenta; e, por fim, a Seção 7 traz as considerações finais.

2 História e Cultura Afro-Brasileira e a Base Nacional Comum Curricular

A educação das relações étnico-raciais é fundamental para que os alunos possam conhecer e compreender a importância da sociodiversidade na busca por uma sociedade justa e igualitária. Nessa direção, a BNCC é orientada pelos princípios éticos, políticos e estéticos que visam à formação humana integral e à construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva (Brasil, 2018). De acordo com a BNCC:

A inclusão dos temas obrigatórios definidos pela legislação vigente, tais como a história da África e das culturas afro-brasileira e indígena, deve ultrapassar a dimensão puramente retórica e permitir que se defenda o estudo dessas populações como artífices da própria história do Brasil. A relevância da história desses grupos humanos reside na possibilidade de os estudantes compreenderem o papel das alteridades presentes na sociedade brasileira, comprometerem-se com elas e, ainda, perceberem que existem outros referenciais de produção, circulação e transmissão de conhecimentos, que podem se entrecruzar com aqueles considerados consagrados nos espaços formais de produção de saber (Brasil, 2018, p. 397).

Em relação ao ensino de história e cultura afro-brasileira e africana, a BNCC determina que:

[...] cabe aos sistemas e redes de ensino, assim como às escolas, em suas respectivas esferas de autonomia e competência, incorporar aos currículos e às propostas pedagógicas a abordagem de temas contemporâneos que afetam a vida humana em escala local, regional e global, preferencialmente de forma transversal e integradora. Entre esses temas, destacam-se: direitos da criança e do adolescente (Lei nº 8.069/199016), educação para o trânsito (Lei nº 9.503/199717), educação ambiental (Lei nº 9.795/1999, Parecer CNE/CP nº 14/2012 e Resolução CNE/CP nº 2/201218), educação alimentar e nutricional (Lei nº 11.947/200919), processo de envelhecimento, respeito e valorização do idoso (Lei nº 10.741/200320), educação em direitos humanos (Decreto nº 7.037/2009, Parecer CNE/CP nº 8/2012 e Resolução CNE/CP nº 1/201221), educação das relações étnico-raciais e ensino de história e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Leis nº 10.639/2003 e 11.645/2008 (Brasil, 2018, p. 19).

De acordo com Nascimento (2019, p.273) “[...] nunca em nosso sistema educativo se ensinou qualquer disciplina que revelasse algum apreço ou respeito às culturas, artes, línguas e religião de origem africana”, o que acabou por gerar a escassez de acesso das pessoas negras à sua própria história e cultura. Infelizmente, observa-se ainda a presença de uma percepção estereotipada, derivada de uma história marcada pela imagem de nação constituída nos moldes da colonização europeia. Nesse sentido, conforme consta na BNCC (Brasil, 2018, p. 364), “[...] é imprescindível que os alunos identifiquem a presença e a sociodiversidade de culturas

digitais no processo de ensino da história e/ou cultura afro-brasileira, com aplicação ou aplicabilidade na educação básica brasileira) e dos critérios de exclusão (estudos duplicados entre as bases de dados, publicações em idiomas diferentes do português e do inglês e estudos cujo texto completo não estivesse disponível gratuitamente ou institucionalmente), o número de trabalhos foi reduzido para dois estudos, os quais são apresentados a seguir.

Em Silva *et al.* (2021) é apresentada a proposta do jogo *Get Quizzfty*, um jogo no formato de *quiz* desenvolvido em parceria com o Núcleo de Estudos Afro-Brasileiro e Indígena (NEABI) do Instituto Federal do Ceará. O objetivo do jogo é promover o conhecimento inicial sobre temas ligados à história e cultura afro-brasileira e indígena, com conteúdos disponibilizados sob demanda, conforme orientação do NEABI da instituição.

Outro exemplo é o jogo *O Baú de Ashanti 1.0* (Santos, 2019), um jogo da memória que tem como objetivo principal ampliar a visibilidade e promover a valorização das contribuições de mulheres negras nas áreas da ciência, arte, cultura e tecnologia, tanto no Brasil quanto no mundo. O jogo é composto por três fases, cada uma com dez pares de cartas; ao encontrar um par correspondente, o jogador tem acesso a um breve texto biográfico sobre a mulher negra representada, que promove o reconhecimento de figuras históricas frequentemente invisibilizadas nos currículos.

Além dessas iniciativas, destacam-se os acervos digitais do Museu Afro-Brasileiro (MAFRO, 2025), sediado em Salvador, e do Museu Afro Brasil (2025), localizado em São Paulo, que disponibilizam em seus sites parte significativa de suas coleções de cultura material afro-brasileira e africana. Esses acervos contam com descrições de itens, fotografias e vídeos relacionados, e ainda que não tenham sido desenvolvidos com finalidade educacional direta, constituem fontes valiosas para uso pedagógico em atividades escolares, uma vez que contribuem para a reconstrução da memória e da identidade cultural afro-brasileira.

Outro recurso relevante é o Portal da Cultura Afro-brasileira (Brasil, 2025), mantido pelo Ministério da Cultura, que reúne textos explicativos e imagens de artefatos históricos e culturais com o objetivo de promover a valorização do patrimônio, da identidade e da diversidade da população afro-brasileira.

Observa-se, no entanto, que os materiais identificados, embora façam uso de tecnologias digitais, não foram concebidos especificamente para o contexto da educação básica, nem têm como foco principal o ensino da história e cultura afro-brasileira nesse nível de ensino. Os resultados da busca mostraram o que as pesquisas na área têm evidenciado, ou seja: a carência significativa de recursos educacionais digitais que articulem o currículo escolar e a valorização da cultura afro-brasileira, especialmente no que diz respeito a conteúdos contextualizados, interativos e acessíveis aos professores e estudantes da educação básica.

Essa lacuna evidencia a necessidade urgente de desenvolvimento de soluções tecnológicas inovadoras, comprometidas com a promoção da equidade racial e com a superação das lacunas históricas na representação da população negra nos espaços escolares. O presente estudo, ao mapear essas iniciativas e ao apontar seus limites, contribui para a reflexão sobre os caminhos possíveis para a construção de práticas educacionais mais inclusivas, interativas e culturalmente relevantes, alinhadas às exigências da legislação vigente.

4 Percorso metodológico

O percurso metodológico iniciou-se com uma revisão bibliográfica sobre o ensino de história afro-brasileira e africana no Brasil, que enfocou a importância dessa temática para o

país e considerou o impacto da cultura afro-brasileira e africana no cotidiano da população brasileira. Logo após, foi realizada uma pesquisa exploratória com o objetivo de identificar trabalhos similares. Dessa forma, foi possível observar que há pouquíssimos materiais que relacionam a temática com a tecnologia digital e que se faz necessário o desenvolvimento de soluções com esse objetivo.

Na etapa seguinte foram conduzidas duas entrevistas⁴, sendo uma realizada com uma professora integrante do Núcleo de Estudos Afro-brasileiros e Indígenas (NEABI) do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul (IFRS) – Campus Porto Alegre e a outra com a coordenadora do NEABI da mesma instituição. As entrevistas tiveram por objetivo identificar as necessidades do público, além do levantamento de requisitos, com o intuito de aprimorar a proposta deste trabalho. As entrevistas também contribuíram para a validação dos requisitos levantados a partir da pesquisa exploratória, auxiliando na delimitação do tema e identificação de novos requisitos considerados importantes pelas professoras entrevistadas. As entrevistas ocorreram em momentos distintos e individualmente, tendo a primeira 2h de duração e a segunda 2h20min.

A etapa seguinte contemplou a implementação inicial do sistema proposto, sendo o desenvolvimento orientado a testes. Em seguida, foram realizados os testes prévios com o sistema. Três professores da educação básica participaram desses testes, e assim foi possível coletar *feedbacks* antecipadamente e validar as funcionalidades presentes no sistema. Durante esses testes, também foram sugeridas melhorias no design. Deste modo, uma profissional da área do Design realizou um estudo quanto às cores e os símbolos relacionados ao tema do trabalho, sendo estes empregados no sistema.

Por fim, foi realizada a avaliação do sistema. Nessa etapa, oito professoras utilizaram o sistema e responderam a um questionário que tinha o propósito de validar os objetivos buscados neste trabalho e a usabilidade do sistema. Os resultados obtidos contribuíram positivamente no refinamento do sistema.

5 Apresentação do Mapeando Quilombos

Destaca-se aqui que o propósito da aplicação é contribuir para o compartilhamento de saberes sobre a cultura e a história afro-brasileira através do conhecimento sobre os territórios quilombolas. Através dessa iniciativa, busca-se ampliar a compreensão e valorização desses espaços, compartilhando informações relevantes e promovendo a conscientização sobre a importância histórica e cultural dos quilombos na sociedade brasileira. De acordo com o Artigo 2º do Decreto 4.887/2003, são denominados territórios quilombolas:

[...] os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida. [...] são terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos as utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural.

A BNCC mostra a importância de abordar, no contexto do Ensino Fundamental, nas disciplinas de Geografia e História, o estudo dos territórios quilombolas presentes no território nacional. Além disso, no âmbito do Ensino Médio, especificamente nas Competências

⁴ A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), e todos os participantes assinaram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), conforme exigido pelas normas éticas vigentes.



Específicas de Ciências Humanas e Sociais Aplicadas para o Ensino Médio, o referido documento indica a necessidade de:

Identificar e analisar as demandas e os protagonismos políticos, sociais e culturais dos povos indígenas e das populações afrodescendentes (incluindo as quilombolas) no Brasil contemporâneo considerando a história das Américas e o contexto de exclusão e inclusão precária desses grupos na ordem social e econômica atual, promovendo ações para a redução das desigualdades étnico-raciais no país (Brasil, 2018, p.579).

Atualmente, o Mapeando Quilombos apresenta informações sobre dez territórios quilombolas certificados pela Fundação Cultural Palmares (2025), localizados na cidade de Porto Alegre, no estado do Rio Grande do Sul (RS). O Quadro 2 apresenta os nomes desses territórios incluídos no estudo.

Quadro 2 – Territórios Quilombolas de Porto Alegre/RS Certificados

Quilombo da Família Silva
Quilombo do Areal Luiz Guaranha
Quilombo dos Alpes
Quilombo da Família Fidélix
Quilombo dos Machado
Quilombo da Família Flores
Quilombo da Família Lemos
Quilombo da Família de Ouro Ylê de Oxum
Quilombo da MOCAMBO
Quilombo Vila Kédi

Fonte: Autores (2025).

O público-alvo deste projeto são os professores e alunos da educação básica, bem como qualquer pessoa interessada nesta temática. Por meio dessa iniciativa, os professores terão a oportunidade de ampliar seus conhecimentos sobre o tema e compartilhar essas informações com os alunos em sala de aula. Dessa forma, o projeto contribuirá para suprir a lacuna de conhecimento apontada nos trabalhos de Pires e Bitencourt (2021), Nascimento (2019) e Gomes (2017), relacionada à falta de conhecimento dos docentes sobre assuntos relacionados à história e cultura afro-brasileira.

A Figura 1 apresenta a tela inicial do Mapeando Quilombos. Nela, o usuário pode visualizar, em um mapa interativo, os dez territórios quilombolas mapeados. Ao posicionar o cursor sobre um território, é possível verificar a distância em relação à sua localização atual, bem como visualizar o nome completo do quilombo. Ao clicar em um território específico, o

usuário é direcionado para uma nova tela da aplicação, que apresenta uma descrição detalhada sobre a localização, a história, a cartografia e os aspectos religiosos do quilombo. Caso tenha interesse, o usuário também pode fazer o download do conteúdo em formato PDF.

Figura 1- Tela inicial do Mapeando Quilombos



Fonte: Autores (2025).

O usuário administrador é o responsável por inserir os dados na aplicação. O Mapeando Quilombos disponibiliza um link de contato para que pessoas interessadas em cadastrar um território possam enviar sua solicitação. Após a aprovação, o território é incluído pelo administrador. Conforme mencionado anteriormente, atualmente estão disponíveis informações apenas sobre os territórios localizados na cidade de Porto Alegre/RS. No entanto, outros territórios quilombolas situados em diferentes regiões do Brasil podem ser inseridos facilmente, desde que sigam o fluxo previamente descrito.

6 Resultados e discussões

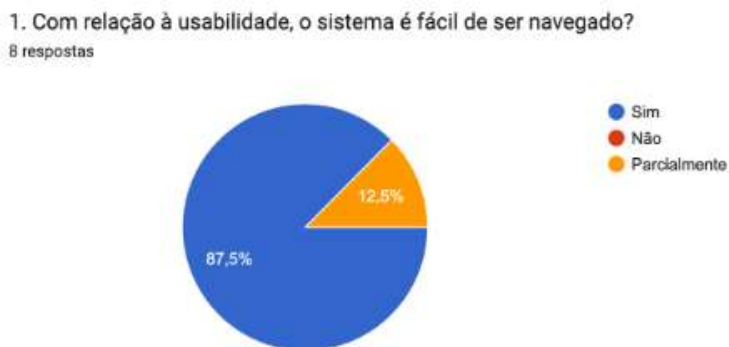
Conforme descrito no percurso metodológico, a avaliação do Mapeando Quilombos foi realizada com um grupo de oito usuárias. Dentre elas, seis são docentes do Ensino Fundamental – três professoras alfabetizadoras, uma professora de História, uma de Português e Literatura e uma de Matemática – e duas são docentes do Ensino Médio, sendo uma professora de Biologia e uma de Geografia.

As participantes utilizaram o sistema tanto na perspectiva de usuárias comuns quanto na de administradoras. Após essa interação, responderam a um questionário de avaliação composto por 10 questões, cujo objetivo foi validar os propósitos deste estudo e analisar a usabilidade do sistema.

Seis das oito participantes consideraram o sistema de fácil utilização, destacando a acessibilidade e a clareza de suas funcionalidades. A Figura 2 apresenta o gráfico com as respostas obtidas em relação à usabilidade do sistema.



Figura 2 - Respostas obtidas quanto a navegabilidade do sistema



Fonte: Autores (2025).

As duas participantes que responderam “parcialmente” justificaram que, devido à quantidade de informações sobre os territórios quilombolas concentrados em uma única tela, é necessário utilizar a barra de rolagem diversas vezes, o que pode impactar a experiência de navegação.

O Quadro 3 apresenta os resultados obtidos na questão 9 do questionário: “Caso você considere importante constar outras informações ao selecionar o quilombo no mapa, favor informar quais.” Essa questão foi respondida por cinco participantes.

Quadro 3 – Respostas obtidas na questão 9 do questionário de avaliação

<i>“Acho que seria interessante apresentar algo sobre a cultura, memórias, testemunhos dos integrantes.”</i>
<i>“Quantidade de pessoas que vivem no quilombo.”</i>
<i>“Poderiam ser tratadas questões políticas e sociais, em quais tipos de causas estão engajadas, quais movimentos participaram ou fazem parte.”</i>
<i>“Seria legal apresentar quais aspectos culturais seguem sendo ativos no grupo.”</i>
<i>“Abordar as questões de subsistência, se plantavam, confeccionavam artefatos, quais as características que tornam os quilombos uns diferentes dos outros.”</i>

Fonte: Autores (2025).

O Quadro 4 traz as sugestões de melhorias sugeridas por duas participantes no questionário de avaliação.

Quadro 4 – Melhorias sugeridas para aprimoramento do sistema

<i>“Acredito que em algum ponto o site poderia ter um player para que fosse executada uma música típica, assim como alguns “boxes” com itens. Exemplo: Foto de comida e abaixo uma descrição dos principais alimentos presentes da cultura quilombola.”</i>
<i>“Um ícone ou foto representando a comunidade seria interessante.”</i>

Fonte: Autores (2025).

As oito participantes afirmaram estar de acordo com o conteúdo disponível no sistema, ressaltando a importância de conhecer a cultura, os costumes e a religiosidade dos povos quilombolas. Duas participantes mencionaram que não conheciam todos os territórios quilombolas localizados na cidade de Porto Alegre. Três relataram que não sabiam que a escola estava localizada próxima a um dos territórios.

Todas as participantes concordaram que a funcionalidade de download do material é muito útil. Além disso, duas sugeriram a inclusão da opção de compartilhamento via Whatsapp e e-mail, a fim de ampliar o acesso às informações.

7 Considerações finais

Esta pesquisa evidenciou que, embora algumas instituições de ensino adotem práticas para abordar a história e cultura afro-brasileira, a maioria ainda não integra esse tema de maneira consistente em suas atividades pedagógicas. Os docentes participantes relataram ter conhecimentos limitados sobre o assunto, o que contribui para abordagens superficiais ou até mesmo para a ausência completa do conteúdo em sala de aula, o que corrobora as afirmações ressaltadas por Fontenele e Cavalcante (2020) quando defendem a importância da formação continuada como elemento fundamental para o aprimoramento dos educadores e para a superação de lacunas no ensino de temáticas historicamente negligenciadas.

Diante desse cenário, torna-se evidente a necessidade de recursos educacionais que facilitem a disseminação do conhecimento sobre a temática afro-brasileira, especialmente sobre os territórios quilombolas, e que apoiem os professores com propostas práticas e acessíveis. Neste contexto, o desenvolvimento da aplicação Mapeando Quilombos mostrou-se uma contribuição relevante ao oferecer uma ferramenta interativa voltada a professores e alunos da educação básica. O sistema foi bem recebido pelas usuárias, que destacaram seu potencial pedagógico para enriquecer o ensino da temática.

Um dos principais diferenciais da ferramenta é possibilitar que informações sobre os territórios quilombolas certificados estejam organizadas e acessíveis não apenas à comunidade escolar, mas também à população em geral. Isso contribui para a valorização da memória coletiva, amplia a visibilidade dos territórios e pode servir de base para futuras pesquisas, ações pedagógicas e políticas públicas. Além do uso educacional, a ferramenta pode contribuir para fortalecer a identidade cultural e ampliar a visibilidade dos territórios quilombolas perante a comunidade.

Para garantir a continuidade e a efetividade da aplicação, está prevista a implementação de um cronograma regular para a atualização dos dados referentes aos territórios quilombolas, assegurando que as informações sejam mantidas atualizadas. Adicionalmente, sugere-se maior flexibilidade na gestão do conteúdo, permitindo ao usuário administrador incorporar novas imagens e vídeos aos territórios previamente cadastrados. Também é importante otimizar o design da interface para torná-la mais intuitiva e melhorar a visualização da aplicação em dispositivos móveis. Além disso, há a necessidade de aprimorar a experiência de uso com leitores de tela, especialmente quando o cursor estiver posicionado dentro do mapa, de forma a promover uma acessibilidade mais ampla.

GOMES, N. L.; JESUS, R. E. de. As práticas pedagógicas de trabalho com relações étnico-raciais na escola na perspectiva da Lei 10.639/2003: desafios para a política educacional e indagações para a pesquisa. **Educar em Revista**, n. 47, p. 19-33, jan. 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/er/a/QFdpZntn6nBHWPXbmd4YNQf/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 12 abr. 2023.

GOMES, Nilma Lino. **O Movimento Negro Educador**. Petrópolis: Vozes, 2017.

MAFRO. **Museu Afro-Brasileiro**. Salvador: MAFRO/UFBA, 2025. Disponível em: <http://www.mafro.ceao.ufba.br/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

MUSEU AFRO BRASIL. **Página Institucional**. São Paulo: Museu Afro Brasil, 2025. Disponível em: <https://museuafrobrasil.org.br/>. Acesso em: 2 jun. 2025.

NASCIMENTO, Abdias. **O Quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. São Paulo: Editora Perspectiva; Rio de Janeiro: Ipeafro, 2019.

OLIVEIRA, Daniel Fernando da Silva. **Mapeando Quilombos**: Aplicação Web para o Ensino sobre os Territórios Quilombolas de Porto Alegre. 2023. 20f. Trabalho de Conclusão de Curso (Curso Superior de Tecnologia em Sistemas para Internet) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul – Campus Porto Alegre, Porto Alegre, 2023.

SANTOS, Danielle Rodrigues dos. **O Baú de Ashanti 2.0**: um jogo educacional digital para o ensino e conscientização de questões étnico-raciais. 2019. Disponível em: <https://monografias.ufop.br/handle/35400000/2369>. Acesso em: 5 jul. 2024.

SEIBT, Indiara Palhano da Silva. **BNCC-Base Nacional Comum Curricular**: a abordagem da Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC's) nas séries finais do ensino **fundamental**. 2019. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/200569>. Acesso em: 4 jul. 2024.

SILVA, Bruno Correia *et al.* Get Quizzfty: Uma proposta de jogo digital voltado para o ensino da cultura afro-brasileira e indígena. *In: Anais Estendidos do XX Simpósio Brasileiro de Jogos e Entretenimento Digital*, SBC, 2021. p. 1053-1056. Disponível em: https://sol.sbc.org.br/index.php/sbgames_estendido/article/view/19759. Acesso em: 5 mar. 2024.

PIRES, Claudia Luisa Zeferino; BITENCOURT, Lara Machado. **Atlas da presença quilombola em Porto Alegre**. Porto Alegre: Letra 1, 2021. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/248507>. Acesso em: 15 mai. 2023.

Recebido em abril de 2025
Aprovado em junho de 2025